

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

ANEXO XIII – GLOSSÁRIO ÚNICO PARA EDITAL, CONTRATO E ANEXOS

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

1. GLOSSÁRIO

- 1.1. Para fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

AA	Áreas com Potencial de Atropelamento.
ABASP	É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo apoiar, fomentar e aprimorar as atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, tais como operação de comercialização de créditos eletrônicos de transporte e de captura e processamento das transações de bilhetagem de transporte, seja no SISTEMA METROFERROVIÁRIO, sistema sobre pneus, ou quaisquer outros modais, com atuação inicial na Região Metropolitana de São Paulo e possibilidade de expansão para outras regiões metropolitanas e municípios do Estado de São Paulo, além de estudos para melhorias nas atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros em observância com a legislação e regulamentação aplicáveis. Atualmente é formada pelas Concessionárias do Transporte Coletivo de Passageiros, sobre pneus, da Região Metropolitana de São Paulo, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo-METRÔ, e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
AC	Área com Potencial de Contaminação.
ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário, representando os FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as três partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES.
ADA	Área Diretamente Afetada.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
ADR	<i>Alternative Dispute Resolution.</i>
AFILIADA	Empresa controlada pela LICITANTE, nos termos da LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS.
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO	Organização privada dedicada à avaliação e qualificação de empresas ou governos, segundo respectivos graus de risco de não cumprimento de

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

RISCO	compromissos financeiros, como Fitch, Standard&Poor's ou Moody's.
AGENTE FIDUCIÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada e remunerada pela CONCESSIONÁRIA com a função de administrar e gerir a garantia a ser prestada pelo PODER CONCEDENTE para assegurar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos da Cláusula 52 do CONTRATO.
AID	Área de Influência Direta.
ALOP	<i>Advanced Loss of Profits.</i>
AMV	Aparelho de Mudança de Via.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme rol constante do Item "F" da introdução do EDITAL e da Cláusula 76 do CONTRATO.
ANO DA CONCESSÃO	Período de 12 (doze) meses, contado a partir da DATA DE EFICÁCIA, e assim sucessivamente.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APA	Área de Proteção Ambiental.
APOIO TÉCNICO	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA para atuar na CONCESSÃO como agente técnico e tecnológico para apoio às ações de monitoramento e fiscalização do da ARTESP, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO II.E.
APORTE	Aporte de recursos em favor da CONCESSIONÁRIA, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE, em parcelas, em função da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, conforme disciplinado no ANEXO IX.
APP	Área de Preservação Permanente.
APROVAÇÃO	Ato declaratório do AUDITOR INDEPENDENTE, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstos no CONTRATO e em seu ANEXO II.E, relativamente a: (i) SISTEMAS implantados; (ii) MATERIAL RODANTE adquirido; (iii) CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA; (iv) capacidade da CONCESSIONÁRIA para início da OPERAÇÃO COMERCIAL; (v) avaliação do cumprimento dos requisitos socioambientais previsto no CONTRATO e no ANEXO IV; e (vi) demais atribuições previstas no CONTRATO e em seu ANEXOS II.E e III.G.
ÁREA DA CONCESSÃO	Área sobre a qual serão prestadas as atividades objeto do CONTRATO, cujos contornos e limitação territorial encontram-se descritos no ANEXO I do CONTRATO, e que inclui a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, apresentada

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	em forma preliminar, devendo ser delimitada com os detalhamentos advindos dos projetos básicos da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA.
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, cujas competências estão estabelecidas na Lei Estadual nº 1.413, de 23 de setembro de 2024.
ASV	Autorização para Supressão de Vegetação.
ATM	<i>Automated Teller Machine.</i>
ATO	<i>Automatic Train Operation.</i>
ATP	<i>Automatic Train Protection.</i>
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, nos termos do artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998 e do artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, cuja realização se deu em [●] de [●] de 2025, para tornar público o modelo da CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para o EDITAL, o CONTRATO e seus ANEXOS.
AUDITOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA que, sem prejuízo das competências fiscalizatórias e decisórias do PODER CONCEDENTE e da ARTESP, conforme o caso, deve atuar como agente técnico e tecnológico responsável por atividades de acompanhamento, controle, conferência, validação e APROVAÇÃO, em relação: (i) aos BENS INTEGRANTES; (ii) fiscalização e acompanhamento do CONTRATO; e (iii) aos processos de transferência da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA, de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, de CERTIFICAÇÃO de SISTEMAS e MATERIAL RODANTE e de comprovação da aptidão da CONCESSIONÁRIA para início da OPERAÇÃO COMERCIAL, por meio de relatórios, laudos técnicos de aferição do cumprimento de etapas e especificações técnicas constantes do CONTRATO e seus ANEXOS, entre outras atribuições previstas ao longo do CONTRATO e em seu ANEXOS II.E.
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BAIXA IMEDIATA DE SERVIÇO	Atendimento Emergencial, falha que paralisa a circulação do MATERIAL RODANTE em uma ou mais vias principais, ou provoca pane total em sistemas e equipamentos vitais para a operação de trem ou envolva Passagem em Nível (PN).

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.
BANCO DO BRASIL	Banco do Brasil S.A.
BANCO PAGADOR	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA responsável pela administração da conta do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
BASES DE MANUTENÇÃO	Bases de restabelecimento para atender e solucionar, durante todas as 24 horas diárias, falhas em todos os SISTEMAS FIXOS oferecendo infraestrutura mínima para suporte às equipes de manutenção programada nos SISTEMAS FIXOS, para organização e preparação do início das atividades logo após o término da operação comercial.
BENS INTEGRANTES ou BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à prestação dos SERVIÇOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: (i) bens caracterizados ou não como bens reversíveis; e (ii) bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BIM	<i>Building Information Modeling.</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOM	Antigo Sistema de Arrecadação do Bilhete Ônibus Metropolitano da RMSP, sistema que foi operado pelo CMT com títulos de viagem remanescentes.
BPII	Boas Práticas Internacionais da Indústria.
BTEX	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos.
BU	Bilhete Único do Município de São Paulo: TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo <i>Smart Card</i> pela São Paulo Transporte – SPTrans.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou a entidade que venha a substituí-lo.
CADIN Estadual	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais.
CADMADEIRA	Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira – CadMadeira, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047/2008 e reformulado pelo Decreto Estadual nº 66.819/2022.
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DA ABASP	Mecanismo responsável pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda dos TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA ABASP caracterizando-se, portanto, como fiel depositário dos recursos advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO ABASP, dentre outras atribuições previstas na Cláusula 17 do CONTRATO.
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BU	Mecanismo responsável pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda dos TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO caracterizando-se, portanto, como fiel depositário dos recursos advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

		BILHETE ÚNICO, dentre outras atribuições previstas na Cláusula 17 do CONTRATO.
CAPEX		<i>Capital Expenditure</i> (investimentos em bens capitais).
CARRO		Unidade simples que compõe um TREM.
CARROS X KM L10 ("CKM10")		Distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, em um determinado mês, na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 10.
CARROS X KM L14 ("CKM14")		Distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, em um determinado mês, na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 14.
CARROS X QUILOMETROS DE SERVIÇO ou CARROS X KM DE SERVIÇO ("CKM")		Também conhecidos como "quilômetros comerciais", diz respeito à distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, observado o disposto no ANEXO IX. Tal apuração deverá ser utilizada para aferição da remuneração da CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO.
CARTÃO DE SERVIÇO		Cartão tipo <i>Smart Card</i> para liberação de bloqueio e controle de acessos operacionais às LINHAS, portado por empregados da CONCESSIONÁRIA, terceiro prestador de serviço da CONCESSIONÁRIA, empregado das pessoas jurídicas que tenham firmado os contratos indicados pela SPI, empregados da CPTM, do METRÔ e da SPI na qualidade de fiscalizador dos SERVIÇOS.
CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO	DE DE	<p>São os cartões que permanecerão em posse de empregados /colaboradores da CONCESSIONÁRIA, destinados a assegurar o acesso gratuito aos SERVIÇOS, sendo contabilizados como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, àqueles que detenham tal prerrogativa, nos termos da legislação vigente e normas regulamentadoras de acesso ao serviço, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Idoso que não possui o cartão específico; (ii) Policial Militar do Estado de São Paulo; (iii) Guarda Civil Metropolitano do Município de São Paulo; (iv) Auditor Fiscal do Trabalho e Agente de Higiene e Segurança do Trabalho; (v) Oficial de Justiça Estadual ou Federal ou Analista Judiciário ou Executor de Mandado Federal; (vi) pessoa com deficiência que não possui o cartão específico; e (vii) trabalhador desempregado credenciado, mediante a apresentação da credencial de usuário especial e carteira profissional.
CARTÃO DE SERVIÇO		Cartão tipo <i>Smart Card</i> para liberação de bloqueio e controle de acessos operacionais às LINHAS, portado por empregados da CONCESSIONÁRIA, terceiro prestador de serviço da CONCESSIONÁRIA, empregado das pessoas jurídicas que tenham firmado os contratos indicados pela SPI, empregados da CPTM, do METRÔ e da SPI e ARTESP, na qualidade de fiscalizador dos SERVIÇOS.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

CB	Computador de Bordo.
CBPMESP	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
CCD ou CUSD	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CCER	Contrato de Compra de Energia Regulada.
CCM	Centro de Controle de Manutenção.
CCO	Centro de Controle Operacional.
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.
CDMS	Confiabilidade, Disponibilidade, Manutenibilidade e Segurança.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização.
CEEP	Cadastro Estadual de Empresas Punidas
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CENELEC	<i>European Committee for Electrotechnical Standardization.</i>
CERTIFICAÇÃO	Ato declaratório da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstos no CONTRATO e em seu ANEXO II.E, relativamente a: (i) EMPREENDIMENTOS OBRA; (ii) INTERVENÇÕES entregues pelo PODER CONCEDENTE; (iii) avaliação de projetos de engenharia e CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA; (iv) CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA; e (v) demais atribuições previstas no CONTRATO e em seu ANEXO II.E.
CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO	Organismo de inspeção acreditada(o) pelo INMETRO, a ser contratado pela CONCESSIONÁRIA, responsável pela atividade de CERTIFICAÇÃO.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CFTV	Circuito Fechado de Televisão.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.
CIM	Centro de Informações da Manutenção e Engenharia.
CLPI	Processos de Consentimento Livre, Prévio e Informado.
CMCP	Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões de Serviços Públicos dos Sistemas de Transportes de Passageiros, instituída pelo Decreto Estadual nº 51.308/2006.
CMD	Coeficiente de Mensuração de Desempenho, correspondente a mecanismo de verificação da qualidade e da disponibilidade dos SERVIÇOS, deduzido da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a partir dos INDICADORES DE DESEMPENHO IQM e IQS aplicáveis aos SERVIÇOS.
CMMS	<i>Computerized Maintenance Management System</i> (Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção).

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

CMT		Consórcio Metropolitano de Transporte, formado por empresas de transporte coletivo intermunicipal por ônibus na RMSP.
CNDT		Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas.
CNEP		Cadastro Nacional de Empresas Punidas
CNIA		Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
CNPJ		Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
COFINS		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	DE	Comissão responsável pelo recebimento, exame, julgamento de todos os documentos licitatórios e condução dos demais procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	DE	Comissão constituída formada pela ARTESP, na forma do ANEXO III.G, composta de membros do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, para acompanhar as medidas prévias à devolução ou à transferência dos BENS INTEGRANTES.
COMITÊ DE CONVIVÊNCIA	DE	Comitê composto por representantes da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA, responsável pelas atribuições estabelecidas pela Cláusula 11 do CONTRATO.
COMITÊ GESTOR		Comitê composto pelos representantes indicados no seu ANEXO X, responsável por realizar o acompanhamento e a fiscalização do funcionamento do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e do controle da arrecadação, e por estabelecer as regras de repartição da arrecadação tarifária.
COMITÊ METROFERROVIÁRIO		Comitê composto por representantes da CPTM, do METRÔ, da CONCESSIONÁRIA e das demais concessionárias que já tiverem iniciado a operação comercial da(s) linha(s) metroferroviária(s) concedida(s), responsável por apurar e controlar a arrecadação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, junto ao SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
COMPLEXO DE MANUTENÇÃO	DE	Complexo para a manutenção de trens e veículos ferroviários, oficinas, logística de materiais e lavador para atender a todos os processos de manutenção (inclusive preventivas e corretivas) tais como: truques, rodeiros, motores entre outros. Os complexos podem abrigar vagas de estacionamento, direcionando parte de sua estrutura como pátio.
CONAR		Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária
CONCESSÃO PATROCINADA ou CONCESSÃO ou PPP LOTE ALTO TIETÊ		Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, por intermédio da SPI, à CONCESSIONÁRIA, e com a fiscalização da ARTESP nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA		SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na forma de sociedade anônima, constituída pela ADJUDICATÁRIA, de acordo com as leis da República

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o objeto do CONTRATO.
CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A. ou TIC EIXO NORTE	CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE, contemplando os SERVIÇOS do Trem EXPRESSO na Ligação São Paulo – Campinas, LINHA 7-Rubi e TIM.
CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos não foram concluídos ou comissionados a contento e/ou que as inconformidades identificadas não permitem que o investimento esteja apto a cumprir as funções pretendidas e/ou não ofereçam risco à segurança do ativo ou dos usuários.
CONCLUSÃO PLENA	Marco a ser atestado pela ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão plenamente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, não restando inconformidades.
CONCLUSÃO SUBSTANCIAL	Marco a ser atestado pela ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão suficientemente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, de modo que possam estar disponíveis para utilização conforme suas funções pretendidas e não representem riscos à segurança do ativo e dos usuários, ainda que existam inconformidades identificadas.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Modalidade de licitação prevista no inciso XXXV do artigo 6º c/c o artigo 52 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, eleita para a LICITAÇÃO.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	Condições necessárias para a eficácia do CONTRATO, nos termos de sua cláusula 5.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONPRES	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
CONSELHO GESTOR	Órgão paritário composto por representantes dos Operadores de Transporte, público ou privado, responsável por regular, acompanhar e fiscalizar as atividades do sistema de arrecadação e bilhetagem do Transporte Metropolitano, a ser constituído na hipótese do item 8 do ANEXO X.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, instituições financeiras, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO que deverá, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA APORTE	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, com movimentação restrita, que receberá os recursos do FINANCIAMENTO DO APORTE e disciplinada no ANEXO IX.
CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no ANEXO IX do CONTRATO.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, a ser livremente movimentada, observado o disposto no ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO 1 ("CCKM1")	É a parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL que visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA tendo como referência os quilômetros comerciais por ela percorridos pelo SERVIÇOS referente à LINHA 10
CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO 2 ("CCKM2")	É a parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL que visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA tendo como referência os quilômetros comerciais por ela percorridos pelo SERVIÇOS referente à LINHA 14
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	Montante mensal devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS, até o final do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA ("CPB")	É o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 e 2 e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, sem a incidência de quaisquer descontos, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 ("CPF1")	Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por meio de pagamentos fixos que iniciar-se-ão a partir do atingimento de determinados marcos contratuais, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 ("CPF2")	Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por meio de pagamentos fixos que iniciar-se-ão a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do ANEXO IX.
<i>CPF2Linha10_m</i>	CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 correspondente ao mês para Linha 10
<i>CPF2Linha14_m</i>	CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 correspondente ao mês para Linha 14
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA MÁXIMA	Valor total máximo, indicado no item 6 do EDITAL, a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 e 2.
CONTRAPRESTAÇÃO	Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA que

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

PECUNIÁRIA VARIÁVEL (“CPV”)		visa a remunerar os custos e despesas administrativas, de operação e manutenção da CONCESSÃO, entre outros encargos aplicáveis, nos termos do ANEXO IX.
CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL		Contrato nº 829819806100 celebrado entre CPTM e ELETROMÍDIA para concessão de mídias estáticas e digitais localizadas em trens e estações, inclusive das LINHAS, com duração de 121 meses.
CONTRATO DE CONCESSÃO	ou	O instrumento contratual que figura como minuta no ANEXO III do EDITAL, que tem por objeto a CONCESSÃO para prestação dos SERVIÇOS.
CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS		Contratos celebrados pela CPTM cujos serviços serão assumidos para CONCESSIONÁRIA, na forma do ANEXO III.B.
CONTROLADOR(ES)		Pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que exercem o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS		Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 e da legislação estadual de regência.
CONTROLE		Observados os termos do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/76, significa a titularidade de direitos de: a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
CONTRU		Coordenadoria de Controle e Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento do Município de São Paulo.
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO		Convênio nº 087220408100 celebrado entre a CPTM e o METRÔ, que rege as integrações entre as estações, conforme disposto no ANEXO III.C e constante no ANEXO XI.
CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA		Convênio assinado entre a SPtrans, o METRÔ a CPTM, e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, que rege o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
CONVÊNIO CPTM	MRS-	Convênio celebrado entre a MRS e a CPTM, constante do ANEXO XI.
COPESE		Comissão Permanente de Segurança
CPF		Cadastro de Pessoas Físicas.
CPP		Companhia Paulista de Parcerias.
CPTM		Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, sociedade de economia mista, cuja instituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.681/1992.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

CREDENCIAMENTO	Ato que acontece na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e que tem como o objetivo a apresentação de documentos de identificação e registro do representante legal da LICITANTE, i.e., o REPRESENTANTE CREDENCIADO.
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	Cronograma geral inicial integrante do PROGRAMA DE EXECUÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo: (i) cada um dos EMPREENDIMENTOS indicados nos ANEXOS II.A, II.B, II.C, II.F e II.H; (ii) prazos para a execução de todas as atividades necessárias para execução dos EMPREENDIMENTOS, observado o encadeamento da execução das obras, em relação às interdependências com atividades futuras do CONTRATO; e (iii) datas previstas de início e término de cada atividade, a permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando o limite dos marcos temporais no ANEXO VIII.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma previsto na Cláusula 34.3.2 do CONTRATO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Trata-se de especificação do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO. Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar um CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO para cada EMPREENDIMENTO, considerando: (i) os marcos temporais para execução dos EMPREENDIMENTOS, observando as INTERVENÇÕES indicadas no ANEXO II.D, incluindo prazos para execução das atividades necessárias para expressar a sequência lógica de todas as etapas, com interdependência de atividades futuras e datas previstas para início e término de cada atividade antecedente e precedente, a fim de permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando os limites fixados no ANEXO VIII; (ii) o resultado de eventual movimentação dos prazos de execução dos PACOTES DE INVESTIMENTOS; e (iii) o resultado de eventuais revisões e adequações, quando assim admitido no CONTRATO e nos ANEXOS.
CTBC	<i>Communications-Based Train Control</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal n.º 6.385/1976.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.
DATA BASE	Considera-se abril/2024 como data-base para os valores expressos no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO ou DATA DE ASSINATURA	Data de assinatura do CONTRATO, isto é, [●].
DATA DE EFICÁCIA	Data de início do PRAZO DA CONCESSÃO.
DATA ROOM	Endereço eletrônico, no sítio [●], em que os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS, bem como outras informações a respeito da

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	LICITAÇÃO.
DD	Decisão de Diretoria.
DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO	Declaração a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, a depender do caso, atestado a conclusão de EMPREENDIMENTO pela CONCESSIONÁRIA.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DUP	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação de EMPREENDIMENTOS objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação e/ou servidão administrativa.
DeFau	Departamento de Fauna Silvestre.
DER	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.
DESCONTO DE DESEMPENHO	Valor a ser descontado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL em decorrência da avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do OBJETO do CONTRATO, nos termos do ANEXO IX.
DET	Distorção Eletroacústica Total.
DG	Distribuidor Geral para Cabos Metálicos.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS COMERCIAL, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DN	Interferência de Drenagem Natural.
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
DO	Distribuidor Geral para Cabos Ópticos.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos exigidos da LICITANTE durante a LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme definido no EDITAL.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DPO	Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização.
EAS	Estudo Ambiental Simplificado.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●] e todos os seus ANEXOS.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança.
ELETROMÍDIA	Eletromídia S.A, empresa com a qual a CPTM celebrou o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL.
EMPREENDIMENTOS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de SISTEMAS e de infraestrutura, aquisição de MATERIAL RODANTE e de equipamentos, relacionados no ANEXO II.A, no ANEXO II.B, no ANEXO II.C e no ANEXO II.F do CONTRATO, com o objetivo de promover a implantação, requalificação, ampliação, adequação e modernização da infraestrutura dos SERVIÇOS. Compreende

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	ambos os EMPREENDIMENTOS OBRAS e EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.
EMPREENDIMENTOS OBRAS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de infraestrutura e equipamentos, conforme previstas no ANEXO II.A e no ANEXO II.B.
EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo implantação de SISTEMAS e aquisição de MATERIAL RODANTE, conforme previstas no ANEXO II.C e no ANEXO II.F.
EMTU/SP	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, gestora do transporte intermunicipal por ônibus na RMSP.
EN	Norma Europeia.
ENCARGOS TRANSFERÍVEIS	INTERVENÇÕES a cargo do PODER CONCEDENTE que poderão ser transferidas à CONCESSIONÁRIA por meio de sua solicitação ou de decisão unilateral do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ENVELOPE	Invólucro opaco, lacrado, inviolado e rubricado no fecho que, a depender de sua especificação, podendo ser A, B C ou D, contém, respectivamente, os documentos de CREDENCIAMENTO, GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das LICITANTES.
ER	Processo Erosivo.
ERA	<i>European Railway Agency.</i>
ERB	Estação Rádio Base.
ERM	<i>Environmental Resources Management.</i>
ERTMS	<i>European Railway Traffic Management System.</i>
ESIA	Estudo de Impacto Ambiental e Social, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com o ANEXO IV.A, e submetido ao AUDITOR INDEPENDENTE para APROVAÇÃO.
EST	Disponibilidade de Equipamentos nas Estações. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que visa aferir a disponibilidade dos equipamentos instalados nas estações, bem como os padrões mínimos de operacionalidade.
ESTAÇÃO REGULAR	Aquela que não possui ocorrências urgentes abertas que impeçam a entrada de PASSAGEIROS e condução plena até o embarque nos trens e que permitam sua saída segura ao término de sua viagem, nos termos do ANEXO III.D.
ESTADO DE SÃO PAULO ou ESTADO	Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

ESTALEIRO DE TRILHO	Estaleiro de trilhos soldados em longas peças, são estruturas para armazenamento, soldagem e execução desse tipo de trilho, resultando em menor quantidade de junções ao longo da via férrea e apresentando vantagens em termos de assentamento das peças e estabilidade.
ESTUDO DE VIABILIDADE	Estudos produzidos por entidades contratadas pelo PODER CONCEDENTE para avaliar a viabilidade técnica, operacional, jurídica e econômico-financeira da CONCESSÃO, que serviram de base para modelagem da CONCESSÃO e do CONTRATO e do EDITAL, mas que não são vinculantes para as PROPOSTAS a serem apresentadas pelas LICITANTES.
ETAPA DE IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 14	A ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DA LINHA 14 é a segunda etapa da FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 14, iniciada com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DOS EMPREENDIMENTOS INICIAIS e finalizada, juntamente com a FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 14, com a assinatura do TERMO DE CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO do respectivo TRECHO.
ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA DA LINHA 10	Etapa que se inicia com a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 10 da CONCESSÃO, em que a CONCESSIONÁRIA assume a OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo assistida pela CPTM, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA DA LINHA 14	Etapa que se inicia com a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 14 da CONCESSÃO, em que a CONCESSIONÁRIA assume a OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo assistida pelo PODER CONCEDENTE ou CPTM ou outro ente técnico que o PODER CONCEDENTE eventualmente indique, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA DA LINHA 10	Etapa que se inicia com a conclusão da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA DA LINHA 10, em que a CONCESSIONÁRIA assume a OPERAÇÃO COMERCIAL, sem qualquer assistência da CPTM, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA DA LINHA 14	Etapa que se inicia com a conclusão da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA DA LINHA 14, em que a CONCESSIONÁRIA assume a OPERAÇÃO COMERCIAL, sem qualquer assistência do PODER CONCEDENTE, CPTM ou quem por este indicado, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE TRABALHOS INICIAIS DA LINHA 14	A ETAPA DE TRABALHOS INICIAIS DA LINHA 14 iniciará juntamente com a FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 14, de forma individualizada para cada TRECHO, nas datas estipuladas e se encerrará no momento da celebração do TERMO DE ENTREGA DOS EMPREENDIMENTOS INICIAIS do respectivo TRECHO.
ETCS	<i>European Train Control System.</i>
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, correspondente ao impacto econômico-financeiro efetivamente suportado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE.
EVENTO SEGURÁVEL	Evento objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, à época de sua ocorrência, há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos 2 (duas)

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	seguradoras.
EXPRESSO TURÍSTICO PARANAPIACABA	SERVIÇO turístico a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista no ANEXO III.C
FAIXA OPERACIONAL	Porção de terreno de largura variável em que se localizam as vias férreas e demais instalações necessárias à operação dos SERVIÇOS, tais como: estações, COMPLEXOS DE MANUTENÇÃO, BASES DE MANUTENÇÃO, PÁTIOS DE ESTACIONAMENTO, subestações e outras estruturas, inclusive os acréscimos necessários à expansão das LINHAS.
FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 10	Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se pela OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS. Inicia-se com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE e finda com a emissão do TERMO DE ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. É dividida na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA DA LINHA 10 e na ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA DA LINHA 10.
FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL DA LINHA 14	Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se pela OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS. Inicia-se com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE e finda com a emissão do TERMO DE ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. É dividida na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA DA LINHA 14 e na ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA DA LINHA 14.
FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 10	Período preparatório, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. A FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 10 tem duração estimada em 12 (doze) meses, iniciando-se na DATA DE EFICÁCIA e findando-se com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, após o cumprimento das obrigações previstas no ANEXO III.B e ANEXO III.F.
FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 14	Período preparatório, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. A FASE PRÉ-OPERACIONAL DA LINHA 14 tem duração estimada em 12 (doze) meses, iniciando-se na DATA DE EFICÁCIA e findando-se com a assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, após o cumprimento das obrigações previstas no ANEXO III.B e ANEXO III.F.
FATO DO PRÍNCIPE	Medida superveniente e imprevista, tomada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e que não possua relação direta com o CONTRATO, mas que, produzindo efeitos sobre este, comprovadamente modifica as condições de execução contratual, impactando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
FATOR DE	Fator de correção para o IQS com base na confiabilidade das aferições

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

CONFIABILIDADE	realizadas, nos termos do ANEXO III.D.
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, regulado pela Lei Federal nº 8.036/1990.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FICHAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	Informações previstas no ANEXO III.D para cada INDICADOR DE DESEMPENHO com o detalhamento técnico da forma e frequência de sua apuração.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
FINANCIAMENTO DO APORTE	Operação de crédito a ser realizada pelo PODER CONCEDENTE junto a instituição financeira para obtenção de recursos para o APORTE.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
FLUXO DE CAIXA MARGINAL	Metodologia eleita pela Cláusula 25.3.2 do CONTRATO para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando da ocorrência de determinados tipos de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
FMEA	<i>Failure Mode and Effects Analysis.</i>
FMECA	Análise Crítica dos Efeitos dos Modos de Falhas.
FUSSP	Fundo Social de São Paulo.
GARANTIA DE EXECUÇÃO ou GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 55 do CONTRATO.
GARANTIA DE PROPOSTA	Garantia do fiel cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIA MULTILATERAL	Garantia que poderá ser constituída a critério exclusivo e em caráter facultativo pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 53 do CONTRATO.
GARANTIAS COMPLEMENTARES	Garantias que poderão ser constituídas pelo PODER CONCEDENTE, com auxílio da CPP, para assegurar o devido cumprimento das obrigações financeiras por ele assumidas no CONTRATO, notadamente do APORTE e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme regrado na Cláusula 53 do CONTRATO.
GEE	Gases de Efeito Estufa.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

GPS	<i>Global Positioning System.</i>
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes do Código Civil e do artigo 243, §1º e §2º, da Lei Federal nº 6.404/76. São, igualmente, considerados como GRUPO ECONÔMICO as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% (dez por cento) de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento. São, também, classificados como GRUPO ECONÔMICO empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
GSM-R	<i>Global System for Mobile Communication – Railway.</i>
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação da presença das condições jurídicas necessárias para contratação com o PODER CONCEDENTE, estabelecida no EDITAL.
ISP	Índice de Sinistros com Passageiros. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que objetiva monitorar o nível de segurança operacional levando em consideração ocorrências repentinas, indesejadas ou intencionais.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
ICPC	Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
IEC	<i>International Electrotechnical Commission.</i>
IFC	<i>International Finance Corporation.</i>
IGS	Indicador Geral de Satisfação do Usuário
IHM	Interface Homem Máquina.
IMPLANTAÇÃO DA LINHA 14	Execução de EMPREENDIMENTOS e outras providências para viabilizar a implantação das estruturas físicas necessárias para a disponibilização do SERVIÇO da LINHA 14.
INCC	Índice Nacional de Custo de Construção
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Condenação da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 11.129/2022 e/ou do Decreto Estadual nº 67.301/2022; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos arts. 332, 333, 337-F ou nos artigos

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

		337-H a 337-L, todos do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940); ou (ii)ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei Federal nº 8.429/1992, quando acompanhadas de indícios de autoria, de materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos, sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Direta ou Indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO ou IQS	DE DO	Indicador de Qualidade do Serviço Prestado, que consiste em parâmetro de avaliação da qualidade dos serviços de operação prestados pela CONCESSIONÁRIA, determinado conforme previsto no ANEXO III.D do CONTRATO.
INDICADORES DE DESEMPENHO	DE	Conjunto de parâmetros medidores da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, utilizados para determinar o IQS, conforme detalhado na Cláusula 19 do CONTRATO e em seu ANEXO III.D.
INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS	DE	Indicadores compostos pelos INDICADORES DE DESEMPENHO, estabelecidos durante a Primeira Fase de Acompanhamento do Anexo III.D, com base nos dados aferidos da operação da CPTM, e que constituirão meta mínima de desempenho para operação da CONCESSIONÁRIA durante o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, na forma do ANEXO III.D.
ÍNDICE		Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).
INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA	A	Trata-se do conjunto de EMPREENDIMENTOS e de INTERVENÇÕES. Refere-se à infraestrutura a ser implantada e construída pela CONCESSIONÁRIA, bem como àquela a ser implantada e construída, indiretamente, pelo PODER CONCEDENTE.
INFRAESTRUTURA DE MANUTENÇÃO	DE	Instalações ferroviárias utilizadas na manutenção e operação de sistemas ferroviários, tais como: pátios de estacionamento e lavadores de trens, complexos de manutenção do MATERIAL RODANTE, bases de manutenção dos SISTEMAS FIXOS, oficina de solda de trilhos, almoxarifados, entre outros.
INFRAESTRUTURA EXISTENTE		Toda a infraestrutura disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, contida na ÁREA DA CONCESSÃO, constante do ANEXO I do CONTRATO, tais como território, vias, estações, edificações, instalações, sistemas, MATERIAL RODANTE, equipamentos, máquinas, componentes e sobressalentes, que serão utilizados, juntamente com a INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, que for devidamente concluída e incorporada à ÁREA DA CONCESSÃO após o rito de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO e não objeção.
INFRAESTRUTURA		Infraestrutura, distinta das INTERVENÇÕES e dos EMPREENDIMENTOS,

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

INCORPORADA	bem como dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e dos INVESTIMENTOS CONTINGENTES, que resulte de investimentos na ÁREA DA CONCESSÃO, realizadas pelo PODER CONCEDENTE ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, direta ou indiretamente, ou por TERCEIROS INTERESSADOS, que viabilizem a expansão ou a melhoria na operação dos SERVIÇOS, ou gerem benefícios aos USUÁRIOS.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
INSTALAÇÕES OPERACIONAIS	Instalações ferroviárias utilizadas na operação de sistemas ferroviários tais como: estações de passageiros, CCO, entre outras.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, bem como a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INSTITUIÇÃO GARANTIDORA	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que fará parte da GARANTIA MULTILATERAL a ser constituída pelo PODER CONCEDENTE, sendo responsável pela emissão de carta de crédito ou de outra modalidade de financiamento, na forma prevista pela Cláusula 53 do CONTRATO.
INTERFERÊNCIAS	Instalações aéreas, superficiais ou subterrâneas, de utilidades públicas ou privadas, bem como de infraestrutura urbana ou rural, que possam vir a interferir ou sofrer interferência, direta ou indireta, com as atividades a cargo da CONCESSIONÁRIA.
INTERVENÇÕES	São obras civis, equipamentos e sistemas nas estações e infraestruturas ferroviárias cuja implantação é de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, conforme definidas no ANEXO II.D que, na DATA DE ASSINATURA, ainda não estiverem concluídas.
INVENTÁRIO	Relação dos BENS INTEGRANTES, a ser mantida e atualizada pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO.
INVESTIMENTOS ADICIONAIS	Investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA e tidos como necessários para alteração ou expansão dos SERVIÇOS e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações, inclusive quando necessários à garantia de continuidade, de funcionalidade, de qualidade e de segurança, conforme previsto no artigo 23, inciso V, da LEI DAS CONCESSÕES, que se revelarem relacionados à própria natureza do CONTRATO, quando não se qualifiquem como EMPREENDIMENTOS que, por força do CONTRATO ou de seus ANEXOS, sejam de responsabilidade ou risco da CONCESSIONÁRIA.
INVESTIMENTOS CONTINGENTES	Os investimentos especificados na Cláusula 31.7 do CONTRATO, cuja realização não está atrelada aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, cuja inclusão em CONTRATO configura EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.
INVESTIMENTOS DA	Conjunto de investimentos identificados no ANEXO II.D, oriundos do

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

MRS	TERMO DE COOPERAÇÃO, que serão de responsabilidade do ESTADO, mas serão executados pela MRS, e cuja incorporação na CONCESSÃO segue o disposto na Cláusula 35 do CONTRATO.
INVESTIMENTOS PERMITIDOS	Investimentos cuja contratação é permitida, para fins de remuneração dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do ANEXO IX.
INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS DE CURTO PRAZO	Ações de investimento de curto prazo sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA que são de grande relevância para segurança e continuidade da prestação dos SERVIÇOS, podendo incluir reforma das estações, revisão do MATERIAL RODANTE, requalificações das linhas e sistemas, entre outras atividades especificadas no ANEXO III.B.
IP	Índice de Proteção.
IPC/FIPE	Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo de competência municipal incidente sobre a propriedade de imóvel em área urbana.
ISF	Instrução de Serviço Ferroviário.
ISO	<i>International Standard Organization.</i>
ISSQN ou ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tributo de competência municipal previsto na Lei Complementar nº 116/2003.
ITP	Intervalo entre Trens Ponderado. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que possui a finalidade aferir regularidade e frequência de trens nas plataformas (<i>headway</i>) por estação, considerando as especificidades de cada SERVIÇO.
IVM	Intertravamento Vital Microprocessado.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
KPI	<i>Key Performance Indicators.</i>
LAVADOR	Pátio com vias férreas eletrificadas ou não, destinada a lavagem de trens e/ou veículos auxiliares.
LDAP	<i>Lightweight Directory Access Protocol.</i>
LE	Lançamento de Efluentes.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DAS PPPs	Lei Federal nº 11.079/2004, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	Lei Federal nº 6.404/76 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/98 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	Lei Federal nº 14.133/2021, e respectivas alterações e regulamentação.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

ADMINISTRATIVOS	
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018).
LI	Licença de Instalação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO, conforme disciplinado na Cláusula 50 do CONTRATO, em seu ANEXO IV.A e em seu ANEXO IV.B, que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, ainda que através do requerimento de licenciamento ambiental conjunto com terceiros, ou que sejam transferidas pelo PODER CONCEDENTE.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo consubstanciado na CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●], para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE PROponente ou	Sociedade brasileira ou estrangeira, fundo de investimento e/ou entidade que, isoladamente ou reunida em consórcio, participe da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da LICITAÇÃO, por ter apresentado a PROPOSTA mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL, à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
LINHA 10	Linha 10 – Turquesa do SISTEMA METROFERROVIÁRIO
LINHA 14	Linha 14 – Turquesa do SISTEMA METROFERROVIÁRIO
LINHA UNIVERSIDADE	Concessionária Linha Universidade SA, concessionária da Linha 6 – Laranja do Metrô
LINHAS	LINHA 10 e LINHA 14, em conjunto.
LO	Licença de Operação.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
LP	Licença Prévia.
MANUAL DE MEDIÇÃO	Manual de medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.
MATERIAL RODANTE	Trens, nas características e quantidades expressas no ANEXO II.F do CONTRATO.
MCBF	<i>Mean Cycle Between Failures.</i>
MDPG	Mensagem Digital Pré Gravadas.
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo S.A., sociedade de economia mista, cuja instituição foi autorizada pela Lei Municipal nº 6.988/1966, do Município de São Paulo, e cujo controle foi adquirido pelo ESTADO em 1978.
MF	Ministério da Fazenda.
MKBF	<i>Mean Kilometer Between Failures.</i>
MP	Depósito Inadequado de Materiais Perigosos.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

MPE	<i>Multiphase Extraction.</i>
MRO	Indicador de Confiabilidade de Material Rodante. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO com finalidade de monitorar a confiabilidade do MATERIAL RODANTE. É dividido entre MRO1 e MRO2.
MRS	MRS Logística S/A, concessionária federal de transporte ferroviário de cargas da Malha Sudeste.
MTBF	<i>Mean Time Between Failures.</i>
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
MTTR	<i>Mean Time to Restore/Recovery.</i>
MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA ou MULTIPLICADORES	Pessoas indicadas pela CONCESSIONÁRIA, vinculadas a ela e/ou ao OPERADOR SUBCONTRATADO, que serão capacitadas, na FASE PRÉ-OPERACIONAL, com a transferência do conhecimento da CPTM a respeito das atividades de operação e de manutenção, e que serão responsáveis pela capacitação do restante do quadro de pessoal técnico da CONCESSIONÁRIA e/ou do OPERADOR SUBCONTRATADO a ser mobilizado para esse fim, nos termos do ANEXO III.B.
NBR	Norma Brasileira.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais, identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, incluindo estruturas contratuais ou societárias e ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, e que preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas, observados os requisitos previstos no ANEXO XII.
NFPA	<i>National Fire Protection Association.</i>
NM	Norma Mercosul.
NOTIFICAÇÃO DE APORTE	Notificação a ser emitida pela ARTESPou pela CONCESSIONÁRIA para solicitar o pagamento das parcelas de APORTE, nos termos do do ANEXO IX.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA para comunicar a conclusão de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO IX.
NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	Notificação a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, para atestar a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, a CONCLUSÃO PLENA, ou a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO IX.
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	Notificação a ser emitida mensalmente pela ARTESP para autorizar o pagamento de valores a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO IX.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

NPS	Nível de Pressão Sonora.
NR	Norma Regulamentadora.
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional – Série B, título público com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra.
NTSC	<i>National Television System Committee</i>
OI	Ocupação Informal na Faixa Operacional.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Porcentagem da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA mensal auferida pela CONCESSIONÁRIA, a ser paga mensalmente, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do CONTRATO e ANEXO IX, à ARTESP.
OPERAÇÃO COMERCIAL	Operação das LINHAS em que a CONCESSIONÁRIA é responsável pela prestação dos SERVIÇOS, passando a auferir a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO IX.
OPERAÇÃO CONTROLADA	Estágio preliminar de disponibilização do SERVIÇO da LINHA 14, em que a CONCESSIONÁRIA não auferir a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
OPERAÇÃO NORMAL	Conceito definido no ANEXO III.D, definido como o estado de funcionamento da operação ferroviária de transporte de passageiros no qual todas as atividades ocorrem em conformidade com as condições pré-estabelecidas para eficiência, segurança e conforto.
OPERADOR SUBCONTRATADO	Empresa contratada pela CONCESSIONÁRIA, detentora da atestação técnica exigida no EDITAL, para exercer a supervisão técnica da operação, ou mesmo a própria operação, sem qualquer prejuízo da responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS, na forma do art. 25, §1º, da LEI DAS CONCESSÕES.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OPEX	<i>Operational Expenditure</i> (despesas operacionais).
OT	Outros.
OUTRAS CONCESSIONÁRIAS	Empresas de transporte ferroviário de passageiros e cargas que operam na malha ferroviária atual da CPTM e/ou utilizam infraestruturas de manutenção e/ou operação compartilhadas com a CPTM.
PAB	Painel de Alimentação de Bloqueio.
PAC	Painel de Alimentação do Carregador de Bateria.
PACOTE DE INVESTIMENTOS	Conjunto de investimentos listados no ANEXO IX.A cuja certificação da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou da CONCLUSÃO PLENA pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, gerará o direito de recebimento da respectiva parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
PADRÕES	DE Padrões de Desempenho Sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

DESEMPENHO ou PD	de 1º de janeiro de 2012, disponíveis em http://www.ifc.org/performancestandards e as Notas de Orientação que os acompanham.
PAESE	Plano de Assistência entre Empresas em Situação de Emergência, convênio de cooperação operacional firmado entre as empresas de transporte.
PAH	Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Qualquer pessoa física ou jurídica que integre o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes, não sendo incluído, em qualquer caso, o OPERADOR SUBCONTRATADO.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PASSAGEIRO	Pessoa natural beneficiária do serviço público do transporte ferroviário.
PASSAGEIRO GRATUITO	PASSAGEIRO que seja beneficiado, por norma vigente ou ato da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por isenção do pagamento da TARIFA PÚBLICA, para acesso ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO.
PASSAGEIRO PAGANTE	PASSAGEIRO que efetivamente pague a TARIFA PÚBLICA, no valor integral ou com redução tarifária, para acesso ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO.
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	A soma do total dos PASSAGEIROS PAGANTES, PASSAGEIROS GRATUITOS e de TRANSFERÊNCIAS, que utilizam efetivamente os SERVIÇOS.
PASSIVO AMBIENTAL ou PASSIVOS AMBIENTAIS	Significa o conjunto de não conformidades ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO, em relação à legislação ou ao licenciamento ambiental a que estão sujeitas.
PÁTIOS DE ESTACIONAMENTO	Área com vias férreas eletrificadas ou não, destinada ao estacionamento de trens e/ou veículos auxiliares.
PBA	Projeto Básico Ambiental.
PCB	Bifenilas Policloradas.
PCL	Posto de Controle Local.
PEMC	Política Estadual de Mudanças Climáticas, instituída pela Lei nº 13.798, de 09/11/2009.
PERÍODO DE PICO	Período definido como os horários correspondentes aos 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos com maior demanda no período da manhã em dias úteis e 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos com maior demanda no período da tarde em dias úteis, durante os quais a lotação máxima prevista no ANEXO III.A será admitida. Os PERÍODOS DE PICO terão seu horário de início e término aferidos mensalmente, em até

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	10 (dez) dias após o primeiro dia de cada mês calendário, com base na demanda de carregamento do mês anterior.
PERÍODO DE VALE	Horários não compreendidos pelos PERÍODOS DE PICO.
PESS	Painel Essencial.
PIS	Contribuição do Programa de Integração Social.
PITU RMSP 2040	Plano Integrado de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo.
PL	Painel de Luz.
PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS	Documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo estipulado na Cláusula 7 do CONTRATO, e, a partir de então, atualizado semestralmente, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração de todas as RECEITAS ACESSÓRIAS por ela vislumbradas, nos termos do ANEXO XII.
PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7 do CONTRATO, de forma compatível com o ANEXO IV.A do CONTRATO.
PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE	Documento integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, o qual conterá especificações técnicas, cronograma detalhado da aquisição de MATERIAL RODANTE, contemplando todas as etapas de projeto, fabricação, testes e disponibilidade para operação, observado o ANEXO II.F do CONTRATO.
PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo os métodos e estratégias para o adequado atendimento aos PASSAGEIROS, conforme descrito no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado no ANEXO III.G, que deverá descrever o processo de desmobilização dos SERVIÇOS ao final da CONCESSÃO, atendendo ao conteúdo mínimo estabelecido no ANEXO III.G do CONTRATO, com o objetivo de viabilizar a reversão dos BENS INTEGRANTES e garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS.
PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS ou PEPI	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7 do CONTRATO, componente do SGSSAS, de forma compatível com o ANEXO IV.B do CONTRATO.
PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO, no qual deverão ser descritos os métodos e estratégias de gestão de riscos e contingências relacionados à CONCESSÃO.
PLANO DE GERENCIAMENTO DE	Trata-se de PLANO não componente do SGSSAS a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA que deverá considerar riscos e impactos adversos na

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE	comunidade, conforme descrito no ANEXO IV.A.
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	Documento integrante do SGSSAS, compostos por um conjunto de programas de gestão, incluindo medidas e ações de prevenção, mitigação, melhoria e monitoramento de desempenho, que contemplem os riscos e impactos de saúde, segurança, meio ambiente e aspectos sociais decorrentes de todas as atividades da CONCESSIONÁRIA.
PLANO DE INVESTIMENTOS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, contemplando as exigências constantes da Cláusula 7 do CONTRATO e com o detalhamento (i) dos EMPREENDIMENTOS citados no ANEXO II, (ii) dos itens dispostos no ANEXO VIII e (iii) dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, previstos no ANEXO IX. Por fim, o PLANO DE INVESTIMENTOS também deverá conter: (i) PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO; e (ii) PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE.
PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO. Deverá indicar os procedimentos operacionais que serão adotados pela CONCESSIONÁRIA, considerando as diretrizes mínimas propostas no ANEXO III.A, para mitigação do risco de evasão do pagamento da TARIFA PÚBLICA nas LINHAS.
PLANO DE OFERTA DE LUGARES	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, no qual ela deverá descrever os métodos e estratégias a serem adotados para assegurar o adequado transporte dos PASSAGEIROS, observado o disposto no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, no qual deverão ser descritos os métodos e estratégias que garantam uma operação segura aos PASSAGEIROS, transeuntes lindeiros à ferrovia, empregados e colaboradores da CONCESSIONÁRIA, em observância ao descrito no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE SEGUROS	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme previsto na Cláusula 7 do CONTRATO, no qual deverão ser descritos todos os seguros a serem obtidos e mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS, contemplando, no mínimo, os seguros obrigatórios exigidos na Cláusula 52 do CONTRATO.
PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL ou PTO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme especificações do ANEXO III.B do CONTRATO.
PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO	Documento a ser elaborado e apresentado anualmente pela CONCESSIONÁRIA e conforme previsto respectivamente nas Cláusulas 7 e CAPÍTULO XVI do CONTRATO, bem como nos termos do ANEXO IV.A,

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO	especialmente seu Apenso 4, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado, na FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme previsto respectivamente na Cláusula 7 e no CAPÍTULO XVI do CONTRATO, bem como nos termos do ANEXO IV.A, especialmente seu Apenso 4, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PLANOS	Conjuntamente, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA, quais sejam: i) PLANOS OPERACIONAIS, contendo: a) PLANO DE OFERTA DE LUGARES, b) PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO, c) PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL, d) PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS, e) PLANO DE SEGUROS, e f) PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA; ii) PLANOS DE MANUTENÇÃO; (iii) PLANO DE INVESTIMENTOS, contendo a) PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO; e b) PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE; (iv) PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO; (v) PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS; (vi) PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA; (vii) PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL; (viii) ESIA; (ix) PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO; (x) PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO; (xi) SGSSAS, contendo: a) PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL; e b) PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS; (xii) PLANO DE GERENCIAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE.
PLANOS DE MANUTENÇÃO	Documentos a serem elaborados pela CONCESSIONÁRIA contendo a objetivo, metas, descrição, periodicidade, roteiros e procedimentos, listagem dos recursos humanos e materiais necessários às manutenções dos bens integrantes da CONCESSÃO.
PLANOS OPERACIONAIS	Conjuntamente, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA visando a prestação do SERVIÇO ADEQUADO, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO, contemplando: (i) PLANO DE OFERTA DE LUGARES; (ii) PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO; (iii) PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL; (iv) PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS; (v) PLANO DE SEGUROS; e (vi) PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA.
PMI	Project Management Institute
PMV	Painel de Mensagens Variáveis.
PODER CONCEDENTE ou CONCEDENTE	O ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela SPI.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento a ser elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA, publicado e implantado no prazo fixado na Cláusula 34.8 do CONTRATO, que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO, especialmente as Cláusulas 34 do CONTRATO.
POT	Programação de Oferta de Trens.
PPI-SP	Programa de Parceiras em Investimento do Estado de São Paulo.
PPP	Parceria Público-Privada.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 31 (trinta e um) anos, contado a partir da DATA DE EFICÁCIA.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM ("PUKM")	Preço unitário do quilômetro percorrido por um carro dos SERVIÇOS, equivalente a R\$ [●] (por extenso) conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO	Valor total máximo, indicado no item 6 do EDITAL, a título de PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	Documento a ser elaborado e, após avaliação e decisão pela não objeção por parte da ARTESP, implementado pela CONCESSIONÁRIA, no prazo referido na Cláusula 36.1 do CONTRATO, contemplando mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos descritos na Cláusula 36 do CONTRATO.
PROGRAMA DE EXECUÇÃO	Documento integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter descrição detalhada das atividades relacionadas às ações e à programação de execução de cada um dos EMPREENDIMENTOS previstos nos ANEXOS II.A, II.B, II.C e II.F do CONTRATO, incluindo informações das atividades e procedimentos técnico-administrativos e de segurança, bem como a previsão de liberação de áreas para a desapropriação, de forma compatível com o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO, o PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO, observados os termos do ANEXO IV.A, especialmente seu Apenso 4, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que tratará do TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS e deverá ter o conteúdo mínimo descrito na Cláusula 43.3.3 do CONTRATO.
PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA	Programas que têm como base os cronogramas das contratadas da CPTM e das demais concessionárias do sistema Metroferroviário, tendo por

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	objeto as atividades relacionadas a obras civis e sistemas a serem desenvolvidas em áreas operacionais, assim como os testes de comissionamento e os repasses operacionais e de manutenção.
PROJETO BÁSICO	Documento que integra o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e corresponde a um conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, do serviço ou do complexo de obras e serviços que compõem cada EMPREENDIMENTO, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam definidos, detalhando custos e prazos de execução. A elaboração, a apresentação e a aprovação dos PROJETOS BÁSICOS deverão observar a legislação pertinente e os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROJETO CONCEITUAL /REFERENCIAL	Anteprojeto de engenharia composto de elementos e documentos técnicos sugestivos para consideração pela CONCESSIONÁRIA, constituído por memoriais descritivos suficientes para compreensão da viabilidade e funcionalidade do projeto, com base em levantamentos técnicos e cadastrais. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL será utilizado como base de referência para os projetos apresentados pela CONCESSIONÁRIA. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL consta no DATA ROOM.
PROJETO EXECUTIVO	Documento que integra o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e corresponde ao conjunto dos elementos tidos como necessários e suficientes à execução completa de cada EMPREENDIMENTO. A elaboração, a apresentação e aprovação dos PROJETOS EXECUTIVOS deverão observar os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROJETO TIC EIXO NORTE	Projeto associado a Concorrência Internacional nº 01/2021 (Processo SPI Nº 1040923/2021) referente ao Trem Intercidades – Eixo Norte.
PROPOSTA COMERCIAL ou OFERTA COMERCIAL	Proposta na qual foi apresentado o maior desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, conforme regramento do EDITAL.
PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA	PROPOSTA COMERCIAL apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO.
PROPOSTA	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
QDCC	Quadro de Distribuição de Corrente Continua.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições econômico-financeiras exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições técnicas exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RAC	Ramal de Alimentação ao Consumidor

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

RADIUS	<i>Remote Authentication Dial-In User Service.</i>
RAMS	<i>Reliability, Availability, Maintainability and Safety.</i>
RAP	Relatório Ambiental Preliminar.
RE	Disposição Irregular de Resíduos.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas auferidas direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA, por meio da exploração ou execução de serviços acessórios, alternativos ou complementares ao objeto principal da CONCESSÃO, não incluindo as decorrentes de NEGÓCIOS PÚBLICOS, mas incluindo aquelas decorrentes: (i) da exploração comercial ou locação/cessão de espaços comerciais; (ii) da exploração de SERVIÇO COMPLEMENTAR; e (iii) da exploração das demais atividades listadas no ANEXO XII.
RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS	Os RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS deverão equivaler a 6 (seis) parcelas mensais da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA válida para o mês de apuração, desde o início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL até o termo da CONCESSÃO. Sua apuração é realizada conforme estabelece a Cláusula 53.1.2 do CONTRATO.
REDE AÉREA DE TRAÇÃO	Equipamentos e elementos formados por catenárias, fio de contato, posteamentos, cabeamentos e demais instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica de tração dos trens.
REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO	Valor a ser reembolsado à CONCESSIONÁRIA no âmbito do cômputo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo recolhimento de tributos incidentes sobre atividades desempenhadas conforme o regramento aplicável ao OPERADOR SUBCONTRATADO, nos termos do CONTRATO e do ANEXO IX.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da inexistência de pendências relacionadas às obrigações fiscais e trabalhistas cuja regularidade é exigida, na forma do EDITAL, para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, benefício fiscal instituído pela Lei Federal nº 11.488/2007.
RELATÓRIO DE DESEMPENHO	Relatório a ser elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e enviado à ARTESP e à CONCESSIONÁRIA, com o resultado da aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e do IQS durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme ANEXO III.D.
RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO	Relatório, a ser elaborado pelo AUDITOR INDEPENDENTE nos termos do procedimento descrito no ANEXO III.F, que deverá apontar eventuais divergências entre o estado de conservação e quantitativos dos ativos que compõem a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme indicado nos ANEXOS, CONTRATO e no DATA-ROOM, frente a seu estado real, bem como os PASSIVOS AMBIENTAIS identificados na ÁREA DA CONCESSÃO e na infraestrutura arrolada no ANEXO I, Partes I e II, desde que tais PASSIVOS AMBIENTAIS não tenham sido indicados no ANEXO IV.B.
RELATÓRIO	Relatório a ser elaborado pela ARTESP caso, ao final da CONCESSÃO, os

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	DE	BENS INTEGRANTES e SERVIÇOS serão revertidos ao PODER CONCEDENTE, no qual constará diretrizes para devolução e o encerramento da CONCESSÃO e determinações de correções e substituições de BENS INTEGRANTE.
REMUNERAÇÃO		Compreende, para fins do CONTRATO, o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, do APORTE e das RECEITAS ACESSÓRIAS.
REPRESENTANTE CREDENCIADO		Pessoa natural nomeada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
REQUISITOS AMBIENTAIS SOCIAIS DA IFC	E	As Diretrizes Gerais de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial (GBM)/IFC e Diretrizes Específicas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do GBM/IFC para projetos de ferrovias (ambas elaboradas em abril de 2007 e disponíveis em https://www.ifc.org/en/insights-reports/2000/general-environmental-health-and-safety-guidelines), conforme aplicáveis. Os requisitos ambientais e sociais aplicáveis da IFC e GBM.
RESPONSÁVEL TÉCNICO		Pessoa física indicada pela CONCESSIONÁRIA, com vínculo direto ou indireto com a CONCESSIONÁRIA, com poderes para representá-la perante a fiscalização da ARTESP.
RESULTADO PROVISÓRIO DA LICITAÇÃO	DA	Resultado preliminar da LICITAÇÃO, antes do recebimento e julgamento de eventuais recursos.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA		Revisão do CONTRATO, realizada a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício da ARTESP, a fim de ajustar o CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e providências urgentes, nos termos da Cláusula 28 do CONTRATO.
REVISÃO GERAL		Trata-se das revisões obrigatórias que deverão ser feita periodicamente no MATERIAL RODANTE, a fim de garantir a devida manutenção para a prestação dos SERVIÇOS, conforme previsto no CONTRATO e no ANEXO III.A e III.B.
REVISÃO ORDINÁRIA		Revisão do CONTRATO, realizada quinquenalmente, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nos termos da Cláusula 27 do CONTRATO.
RFO		Rede de Fibras Ópticas
RG		Registro Geral ou Carteira de Identidade Nacional.
RGS		Requisitos Gerais de Segurança.
RIMA		Relatório de Impacto Ambiental.
RMSP		Região Metropolitana de São Paulo.
RRA		Relatório de Regularização Ambiental.
RTD		Rede de Transmissão Digital

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
SALA DE DOCUMENTOS	Sala disponibilizada pela CPTM aos LICITANTES durante a CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, situada na Rua [--] São Paulo/SP, com informações e documentos complementares àqueles constantes do DATA ROOM.
SBA	SISTEMA DE Bilhetagem E Arrecadação
SCA	Sistema de Controle de Acesso.
SCADA	<i>Supervisory Control and Data Acquisition.</i>
SCAP	Sistema de Controle e Arrecadação de Passageiros, operado pelo METRÔ.
SCC	Sistema de Controle Centralizado de Tráfego.
SCDE	Sistema de Coleta de Dados de Energia.
SCE	Sistema de Controle de Energia.
SCF	Sistema de Comunicações Fixas
SCL	Sistema de Controle Local.
SCM	Sistema de Comunicações Móveis
SCMVD	Sistema de Comunicação Móvel de Voz e Dados Consta
SCR	Sistema de Cronometria
SE	Subestação Elétrica.
SE	Solo Exposto.
SEMIL	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.
SERHS	Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e do Meio Ambiente.
SERVIÇO ADEQUADO	Prestação dos SERVIÇOS que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, observando os padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, aqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP, e os termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, o artigo 4º da Lei Federal nº 13.460/2017 e o artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇO COMPLEMENTAR	Serviço considerado conveniente, mas não essencial, à prestação do SERVIÇO ADEQUADO nos SERVIÇOS, que poderá ser explorado pela CONCESSIONÁRIA nos termos previstos no CONTRATO.
SERVIÇOS ou SERVIÇO CONCEDIDO	Conjuntamente, os serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros que se utilizam da infraestrutura da LINHA 11, LINHA 12 e LINHA 13, incluindo o SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO. Um serviço é caracterizado por duas estações terminais, pelas estações intermediárias por ele atendidas e uma grade horária específica ao longo do dia.
SESSÃO PÚBLICA	Referente à SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.
SESSÃO PÚBLICA DE	Evento a ser realizado na sede da B3, com data e hora estipulados no

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

ABERTURA DAS PROPOSTAS	EDITAL, para abertura do ENVELOPE C das LICITANTES cujas GARANTIAS DE PROPOSTA tenham sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS conforme critério maior desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE.
SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Evento a ser realizado na sede da B3, com data e hora estipulados no EDITAL, para (i) depósito dos ENVELOPES A, B, C e D pelas LICITANTES perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, (ii) abertura do ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA e (iii) CREDENCIAMENTO das LICITANTES.
SFP	Sistema de Fluxo de Passageiros.
SFPE	<i>Society of Fire Protection Engineers.</i>
SGC	Sistema de Gestão Central.
SGSSAS	Sistema de Gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Social incluindo (i) política socioambiental da CONCESSIONÁRIA; (ii) plano de desenvolvimento da capacidade organizacional da CONCESSIONÁRIA; (iii) PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (iv) PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS.
SIGO	Sistema Informatizado de Gestão de Operação, disciplinado no ANEXO III.A.
SIL	<i>Safety Integrity Level.</i>
SISTEMA ou SISTEMAS	Conjunto de sistemas necessários para a adequada operação das LINHAS, contemplando, mas não se limitando, o seguinte: (i) SCT - Sistema de Controle de Tráfego; (ii) SME - Sistema de Monitoração Eletrônica; (iii) SMV - Sistema de Monitoramento de Via; (iv) SPU - Sistema de Proteção de Sobrepasse; (v) SSC - Sistema de Sinalização e Controle; (vi) SSE - Sistema de Sonorização de Estação; (vii) STD - Sistema de Transmissão de Dados; (viii) STO - Sistema de Transmissão Óptico; (ix) SAL - Sistemas de Alimentação Elétrica; (x) SCF - Sistema de Comunicações Fixas; (xi) SCL - Sistema de Controle Local; (xii) SCMV - Sistema de Comunicações Móveis de Voz; (xiii) SCMVD - Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados; (xiv) ATC - Sistema de Controle Automático de Trens (<i>Automatic Train Control</i>); (xv) ATO - Sistema de Operação Automática (<i>Automatic Train Operation</i>); e/ou (xvi) AUX - Sistemas Auxiliares; (xvii) SCAP – Sistema de Arrecadação de Passageiros; (xviii) SCADA - <i>Supervisory Control and Data Acquisition</i> ; (xix) SCA – Sistema de Controle de Acesso. Os SISTEMAS deverão atender diretrizes e requisitos previstos no ANEXO II.C.
SISTEMAS AUXILIARES	Sistemas que auxiliam a operação e supervisão centralizada da estação e abrange o processo global de gestão para fins operativos e de manutenção, como bloqueios, escadas rolantes, alimentação elétrica de força, monitoração, detecção de incêndio, multimídia, ventilação, bombas de água, telefonia, radiocomunicação ou outros sistemas

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

		relacionados.
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO		Conjunto de recursos (subsistemas, equipamentos, software, procedimentos etc.), a serem utilizados para a tarifação e o controle de acesso aos diversos meios de transporte público coletivo de passageiros, bem como gerenciamento dos valores recebidos pela comercialização de créditos monetários e direito de viagem, podendo ainda envolver a possível exploração de outros negócios como fonte geradora de RECEITAS ACESSÓRIAS.
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DA ABASP		Sistema que contempla arrecadação, comercialização, bilhetagem, e aferição dos valores recebidos pela venda de TÍTULOS DE VIAGEM pelos meios de pagamento gerenciados pela ABASP, atualmente QR Code e cartão TOP (<i>Smart Card</i> - Cartão com circuito integrado).
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO		Mecanismo responsável: (i) pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda de TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO do Bilhete Único do Município de São Paulo; (ii) pela realização, por conta e ordem dos participantes do COMITÊ GESTOR, da distribuição dos valores arrecadados aos operadores de transporte público metropolitano participantes do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO do Bilhete Único do Município de São Paulo, conforme as regras de rateio definidas pelo COMITÊ METROFERROVIÁRIO, incluindo os repasses, à CONTA CENTRALIZADORA, dos montantes relacionados aos SERVIÇOS, nos termos descritos na Cláusula 17 do CONTRATO e em seu ANEXO IX.
SISTEMA DE ENERGIA		Conjunto de equipamentos e infraestrutura responsável pela alimentação elétrica do sistema metroferroviário, composto principalmente por subestações primárias e retificadoras, cabines de seccionamento e paralelismo e sistemas de telecontrole e telecomando, que subsidiam a REDE AÉREA DE TRAÇÃO, permitindo o suprimento de energia para os trens que circulam ao longo das vias.
SISTEMA DE GESTÃO		Sistema que diz respeito ao SIGO e/ou CMMS, indistintamente.
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA		Conjunto de métodos e meios relacionados aos requisitos de segurança para supervisionar, controlar e rastrear a circulação dos trens de forma segura ao longo das vias, visando garantir a regularidade da operação por meio de equipamentos instalados no campo e no Centro de Controle Operacional (CCO), através do sistema de Controle de Tráfego Centralizado (CTC), bem como nos trens, através dos equipamentos embarcados.
SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO		Sistema responsável por todas as comunicações de dados, voz e imagens, frente às necessidades operacionais dos sistemas metroferroviários, composto por vários subsistemas, que além das suas funcionalidades operacionais também fornecem meios para o seu gerenciamento e controle remoto. Seus principais subsistemas são: Sistema de Supervisão Integrada – Plataforma Multisserviços – CCO e SSO, baseado no Sistema

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

	de Controle e Aquisição de Dados – SCADA; Sistema de Comunicação Móvel (Radiocomunicação); Sistema de Comunicação Fixa – Sistema de Telefonia – STEL; Sistema de Gravação; Sistema de Multimídia – SMM; Sistema de Controle de Acesso – SCA; Sistema de Monitoramento Eletrônico – SME – CFTV; Sistema de Controle de Arrecadação de Passageiros – SCAP; Sistema de Transmissão Óptica – STO ou Sistema de Transmissão de Fonia, Dados e Vídeo – STFD.
SISTEMA METROFERROVIÁRIO	Conjunto de linhas de metrô, monotrilho e linhas de trens metropolitanos, existentes e futuras.
SISTEMAS FIXOS	Os sistemas referem-se a todas as áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo-se estações, pátios, VIA PERMANENTE, subestações e obras de arte especiais – OAEs. A relação não exaustiva de itens é: ventilação, sinalização, telecomunicação, telecontrole, energia, telefonia e outros de mesma natureza.
SLA	<i>Service Level Agreement.</i>
SMA	Secretaria do Meio Ambiente.
SME	Sistema de Monitoramento Eletrônico.
SMM	Sistema Multimídia
SMMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo.
SMVA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto ou indireto da CONCESSIONÁRIA, na situação em que tal anuência é necessária nos termos da Cláusula 35 do CONTRATO, observados os termos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado.
SP	São Paulo.
SPE OU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da CONCESSÃO.
SPI	Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos.
SPTrans	São Paulo Transporte S/A
SSC	Sistema de Sinalização e Controle.
SSO	Sala de Supervisão Operacional.
STI	<i>Speech Transmission Index.</i>
STEL	Sistema de Telefonia
STM	Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
STO	Sistema de Transmissão Óptico.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de atividades e serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA	Futura operadora(s) dos serviços públicos relacionados à CONCESSÃO, que venha a suceder a CONCESSIONÁRIA, observadas as previsões legais

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

		pertinentes.
SUPRESSÃO CONSEQUENTE		Atendimento Imediato, falha que interfere diretamente na circulação do MATERIAL RODANTE sem que haja a paralisação ou que prejudique o sistema operacional.
SUSEP		Superintendência de Seguros Privados.
SVOC		Compostos Orgânicos Semivoláteis.
SW		<i>Software.</i>
TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES	DE DE	Tabela com a identificação das infrações e gradações das respectivas sanções, constante no item 6 do ANEXO V.
TAC		Termo de Ajustamento de Conduta.
TARIFA PÚBLICA		Valor instituído pelo PODER CONCEDENTE para a utilização unitária do SISTEMA METROFERROVIÁRIO por PASSAGEIROS PAGANTES, observados os benefícios decorrentes da política de redução tarifária.
TAXA DE DESCONTO		Taxa calculada nos termos da Cláusula 25.5.2.3 do CONTRATO, utilizada para descontar valores constantes de um fluxo de caixa.
TAXA SELIC		Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil.
TCA		Termo de Compromisso Ambiental.
TCE		Termo de Compromisso do Empreendedor.
TERCEIRO INTERESSADO		Terceiro interessado na expansão ou melhoria dos SERVIÇOS, ou em gerar benefícios aos PASSAGEIROS, que pretenda executar obras na ÁREA DA CONCESSÃO, das quais resultará uma INFRAESTRUTURA INCORPORADA, incluindo, mas sem se limitar a, concessionários a quem tenha sido delegada a prestação do serviço público federal de transporte ferroviário de cargas.
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO INÍCIO DA OPERAÇÃO CONTROLADA	DE DO DA	Termo celebrado entre a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA formalizando a autorização para o início da OPERAÇÃO CONTROLADA da LINHA 14, conforme ANEXO III.G
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL	DE DO	Termo celebrado entre a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA formalizando a autorização para o início da OPERAÇÃO PLENA da LINHA 14, conforme ANEXO III.G
TERMO DE CESSÃO TEMPORÁRIA DE TRENS	DE DE	Termo a ser celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA para viabilizar a cessão temporária de trens, na forma do ANEXO II.F.
TERMO DE COOPERAÇÃO	DE DE	Termo de cooperação celebrado entre a MRS e o ESTADO DE SÃO PAULO para viabilizar a compatibilização de investimentos no LOTE ABC GUARULHOS, constante no ANEXO XI.
TERMO	DE	Documento a ser emitido pela ARTESP na data de encerramento do

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO		PRAZO DA CONCESSÃO, para marcar a assunção da prestação dos SERVIÇOS diretamente pelo PODER CONCEDENTE ou por intermédio da SUCESSORA, nos termos do ANEXO III.G.
TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE		Documento a ser assinado pela ARTESP e pela CONCESSIONÁRIA durante o período da FASE PRÉ-OPERACIONAL dos SERVIÇOS, por meio do qual será transferida definitivamente à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade pela INFRAESTRUTURA EXISTENTE, incluindo a ÁREA DA CONCESSÃO, após a emissão da versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO		Documento a ser emitido pela ARTESP, que deverá conter os registros das ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, para a regularização das inadimplências, faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos no CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INTERVENÇÃO	DE DA	Documento que deverá ser emitido pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou AUDITOR INDEPENDENTE: (i) caso não tenham sido identificadas inconsistências ou falhas na INTERVENÇÃO na vistoria conjunta referida na Cláusula 33.11 do CONTRATO, nos termos da Cláusula 33.11.8.1 do CONTRATO; ou (ii) em sendo identificadas inconsistências ou falhas na INFRAESTRUTURA INCORPORADA na vistoria conjunta referida na Cláusula 33.11 do CONTRATO, estas tenham sido integralmente sanadas, conforme disposto na Cláusula 33.13 do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA INTERVENÇÃO	DE DA	Documento que deverá ser emitido pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou AUDITOR INDEPENDENTE ao final da vistoria conjunta referida na Cláusula 33.11 do CONTRATO, caso: (i) identificadas inconsistências ou falhas na INTERVENÇÃO que não comprometam a segurança operacional e a qualidade dos serviços objeto da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 33.11.8.2 do CONTRATO, e que não se qualifiquem como itens impeditivos à operação; e (ii) essas inconsistências ou falhas identificadas ainda não tenham sido integralmente sanadas, observado o disposto na Cláusula 33.13 do CONTRATO.
TERMO DE REFERÊNCIA	DE	Termos de referência para elaboração dos documentos, PLANOS e programas socioambientais, constantes nos apensos do ANEXO IV.A.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO		Documento a ser assinado pela ARTESP e pela CONCESSIONÁRIA, em até 2 (dois) meses contados do fim do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, inclusive o adimplemento das eventuais indenizações, nos termos do ANEXO III.G.
TERMO PROVISÓRIO		Documento a ser emitido com 18 (dezoito) meses de antecedência em

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

DE DEVOLUÇÃO	relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO III.G, que deverá conter a situação dos BENS INTEGRANTES e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TETRA	<i>Terrestrial Trunked Radio.</i>
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural identificada ou identificável que seja titular de DADOS PESSOAIS.
TÍTULO DE VIAGEM	Documento que garante o direito de viagem reconhecido pelo PODER CONCEDENTE para validação do acesso de PASSAGEIRO ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, configurado nas seguintes, mas não exclusivas, modalidades: <i>Smart Card</i> - Cartão com circuito integrado do tipo MIFARE, para leitura sem contato (<i>Contactless Smart Card</i>); <i>QR Code</i> - Bilhete de leitura óptica, impresso com código de resposta rápida (<i>Quick Response Code</i>), e as definidas no ANEXO X do CONTRATO.
TOP	TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo <i>Smart Card</i> ou QR CODE por meio de aplicativo ou máquinas de atendimento automático, administrado pela ABASP.
TPH	Hidrocarbonetos Totais de Petróleo.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer alteração de composição societária, alteração de acordo de acionistas ou qualquer outra operação que, na forma da legislação vigente, implique modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Lei Federal nº 6.404/76.
TRANSFERÊNCIAS	PASSAGEIROS que ingressam nos SERVIÇOS por estação de integração, oriundos de outras linhas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, com ou sem necessidade de pagamento de uma nova TARIFA PÚBLICA, seja por meio de linha de bloqueio ou por meio de contadores de fluxo de PASSAGEIROS em área paga.
TRANSIÇÃO FINAL	Processo de desmobilização dos serviços nos anos finais da CONCESSÃO, compreendendo reversão e/ou transferências dos SERVIÇOS e BENS INTEGRANTES ao PODER CONCEDENTE ou à nova delegatária, regradada pelo ANEXO III.G.
TRANSIÇÃO OPERACIONAL	Período que compreende a FASE PRÉ-OPERACIONAL e a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, no qual são desempenhadas as atividades descritas no ANEXO III.B, preparando a CONCESSIONÁRIA para a assunção plena dos SERVIÇOS.
TRATAMENTO OU TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

TRE	Termo de Referência Específico.
TRECHO CRÍTICO	Trecho entre duas estações consecutivas de determinada linha no qual se observa o maior carregamento (volume de passageiros transportados), em determinado sentido e para determinada faixa horária (ou outra unidade de tempo).
TRECHOS PRIORITÁRIOS	Trecho contínuo da LINHA 14, entre duas estações, relacionado a um grupo de EMPREENDIMENTOS que deverão ser implantados para viabilizar, em conjunto, a disponibilização do SERVIÇO da LINHA 14.
TREM	Unidade completa de serviço, a que se referem os horários, frequências e intervalos de passagem.
TRENS EXISTENTES	Trens que compõe a INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
TRENS NOVOS	Trens adquiridos durante o PRAZO DA CONCESSÃO por parte da CONCESSIONÁRIA.
TRENS OPERACIONAIS	Trens em condições de operar, integrantes da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela manutenção e adequação dos trens a fim de atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO e condições definidas no PLANO DE MANUTENÇÃO do MATERIAL RODANTE.
TRIBUNAL ARBITRAL	Colegiado arbitral institucional a ser designado nos termos da Cláusula 73 do CONTRATO para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem.
UC	Unidades de Conservação.
UNIÃO	Pessoa jurídica de Direito Público representante do Governo Federal no âmbito interno e da República Federativa do Brasil no âmbito externo, reunindo todos os Estados brasileiros que formam a República Federativa do Brasil.
UPS	<i>Uninterruptible Power Supply.</i>
USUÁRIO	Pessoa natural beneficiária do serviço público do transporte ferroviário e de serviços correlatos na ÁREA DA CONCESSÃO.
UTM	Universal Transversa de Mercator.
UTS	<i>Uptime</i> dos Serviços. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que objetiva verificar a disponibilidade e a qualidade da operação, aferindo a frequência e a duração das ocorrências que impactem na OPERAÇÃO NORMAL de cada um dos serviços concedidos.
VALOR DE AJUSTE DO APORTE	Benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, a ser apurado pelo PODER CONCEDENTE, no caso de antecipação do recebimento de APORTE, conforme previsto pelo ANEXO IX.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do CONTRATO, equivalente ao somatório dos investimentos, conforme Cláusula 6.1 do CONTRATO.
VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 ou VPCPF1	Valor referente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS disposto no ANEXO IX.A, que será utilizado nos termos do ANEXO IX, para o cálculo das parcelas correspondentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1.

PROCESSO SPI nº [●]/[●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/[●]
PPP LOTE ABC GUARULHOS

VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS	Veículos ferroviários destinados à manutenção dos SISTEMAS FIXOS, ferramentas e máquinas especializadas utilizadas na construção, manutenção e operação de sistemas ferroviários para garantir a eficiência, a segurança, disponibilidade e confiabilidade do sistema ferroviário.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado no ANEXO III.B, para atuar como avaliador independente dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos da Cláusula 19 do CONTRATO e de seu ANEXO II.E, sem prejuízo das competências do PODER CONCEDENTE e da ARTESP.
VHF	<i>Very High Frequency.</i>
VIA PERMANENTE	Sistema de sustentação e guiagem do tráfego de veículos ferroviários, constituído de componentes e instalações distribuídos em dois subsistemas, a saber: (i) infraestrutura (aterros, cortes, provisões de contenção de taludes, obras de arte, drenagem); e (ii) superestrutura (trilhos, desvios, dormentes, acessórios de fixação, dispositivos amortecedores, lastro, sub lastro).
VIAMOBILIDADE	Concessionária das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.
VIAQUATRO	Concessionária da Linha 4-Amarela do Sistema de Transporte Metropolitano sobre Trilhos de São Paulo.
VÍCIO OCULTO	Vício, defeito ou inconformidade na INFRAESTRUTURA EXISTENTE que atenda aos requisitos descritos na Cláusula 21.1.24 do CONTRATO.
VISITA TÉCNICA	Visita com o objetivo de possibilitar ao interessado a obtenção de informações e subsídios técnicos que julgar convenientes para a elaboração da sua PROPOSTA COMERCIAL.
VIVO	Telefônica Brasil S.A.
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos.
VOC	Compostos Orgânicos Voláteis.
VOIP	<i>Voice Over Internet Protocol.</i>
VPL	Valor Presente Líquido.